**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **DO OBJETO**
   1. O presente Termo estabelece as condições e especificações referentes ao Registro Formal de Preços para “Aquisição de materiais e insumos, para atender a demanda da Usina de Asfalto e a Fábrica de Artefatos de Concreto da SEMSERP”, visando atender as necessidades dos Setores e Departamentos operacionais.

**2. DESCRIÇÃO DOS ITENS**

| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UNIDADE** | **QUANT.** |
| --- | --- | --- | --- |
|  | ADITIVO PLASTIFICANTE PARA FABRICAÇÃO DE ARTEFATO DE CIMENTO (SECAGEM), GALÃO COM 200 LITROS. | UNID. | 03 |
|  | ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL, CATEGORIA DE SOBRETENSÃO CAT III 600V E DUPLA ISOLAÇÃO, 1000 AMPERES, COM BATERIA DE 9V, GARRA COM ABERTURA 40MM E COM ILUMINAÇÃO, DIMENSÕES APROXIMADA DE (MM)/PESO (G) 250X95X45/345, DE ACORDO COM A NORMA IEC-61010. | UNID. | 20 |
|  | ANEL INFERIOR PARA FORMA DE TUBOS DE 400 EM FERRO FUNDIDO, COMPÁTÍVEL COM A FORMA MENEGOTTI. | UNID. | 360 |
|  | ARAME RECOZIDO (QUEIMADO) | KG | 30 |
|  | BANDEJA PLÁSTICA PARA TINTA DE 30 CM COM - COR PRETA | UNID. | 30 |
|  | BOLSA PARA FERRAMENTAS MULTIFUNCIONAL EM LONA GROSSA, REFOÇADA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 50X35X305 MM, COM BOLSOS, COM ALÇA (CORREIAS) DE MÃO E DE OMBRO, COR PRETA | UNID. | 10 |
|  | BOMBA DE VÁCUO 7 CFM DE DUPLO ESTÁGIO, TENSÃO 110/220 V – BIVOLT, VAZÃO: 180 L/MIN CAPACIDADE CÁRTER: 300ML, CARENAGEM EM ALUMÍNIO, DIMENSÕES APROXIMADAS (LXHXP): 130 X 250 X 340. | UNID. | 02 |
|  | CANIVETE 100MM EM AÇO INOX - ELÉTRICA | UNID. | 10 |
|  | CILINDRO GARRAFA DE TRANSPORTE PARA GÁS R22 R134a 2KG | UNID. | 02 |
|  | CILINDRO GARRAFA DE TRANSPORTE PARA GÁS R410 2KG | UNID. | 02 |
|  | CAVADEIRA LISA MACIÇA DE FERRO TIPO PONTEIRO COM BOLA 7/8 1,50M | UNID. | 20 |
|  | CINTA PLANA PARA ELEVAÇÃO DE CARGA, COR AMARELA, CAPACIDADE PARA 04 TONELADAS, COM 4 METROS, 100% POLISTER | UNID. | 60 |
|  | CINTA PLANA PARA ELEVAÇÃO DE CARGA, COR VERDE, CAPACIDADE PARA 04 TONELADAS, COM 03 METROS (3MX60MM), 100% POLISTER | UNID. | 60 |
|  | CINTA PLANA PARA ELEVAÇÃO DE CARGA CURTA, COR AMARELA, CAPACIDADE PARA 04 TONELADAS, COM 02 METROS, 100% POLISTER | UNID. | 24 |
|  | CORTADOR DE TUBO 1/8 A 1-1/8 PARA TUBOS DE COBRE E ALUMÍNIO | UNID. | 10 |
|  | DESEMPENADEIRA EM AÇO LISA 12X24 COM CABO EM MADEIRA | UNID. | 25 |
|  | ESPÁTULA AÇO INOX PROFISSIONAL EXPERT DE 3 POLEGADAS | UNID. | 25 |
|  | ESPÁTULA AÇO INOX PROFISSIONAL EXPERT DE 5 POLEGADAS | UNID. | 25 |
|  | EXTENSOR/PROLONGADOR TELESCÓPICO REGULÁVEL DE ALUMÍNIO 3,5M PARA PINTURA | UNID. | 20 |
|  | FORMA PARA FABRICAÇÃO DE MEIO FIOS DE 0,50 CM, FERRO FUNDIDO | UNID. | 05 |
|  | FURADEIRA MARTELETE ELÉTRICA DE 13MM GSB 16 RE 750W + ACESSÓRIO C MALETA DE TRANSPORTE 110V | UNID. | 05 |
|  | JOGO DE CHAVE ALLEN ABAULADA LONGA 9 PEÇAS 1,5 A 10MM | UNID. | 10 |
|  | JOGO DE CHAVE DE FENDA E PHILIPS, COM ISOLAÇÃO DE 1000 V C. A, COM HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO TEMPERADO, PONTA FOSFATIZADA, CABO EM PVC COM FORMATO SEXTAVADO VERDE TRANSPARENTE, O JOGO DEVE CONTER TRÊS CHAVES DE FENDA ISOLADA NAS MEDIDAS DE 1/8 X 3', 3/16x4' E 1/4 X 6' E TRÊS DE CHAVES PHILIPS ISOLADA, NAS MEDIDAS DE 1/8 X 6' A 3/16 X 4' E (1/4x6'), DE ACORDO COM A NBR9699 E NR10 - TOTAL DE 6 PEÇAS | UNID. | 20 |
|  | JOGO DE CHAVE INGLESA UNIVERSAL 6, 8, 10 E 12 POLEGADAS, BOCA AJUSTÁVEL, EM AÇO CARBONO CROMADO | UNID. | 10 |
|  | JOGO MOLDE COMPRESSOR 400PB LAMINA PARA USO EM PRENSA DE TUBOS, EM FERRO FUNDIDO – COMPATÍVEL COM A PRENSA MEGOTTI | JOGO | 120 |
|  | JOGO MOLDES INTERIOR PARTE BAIXO (TUBOS DE 400) PARA USO EM PRENSA DE TUBOS, JOGO COM 2 UNIDADES - EM FERRO FUNDIDO - COMPATÍVEL COM A PRENSA MEGOTTI | JOGO | 24 |
|  | KIT CHAVE DE MANUTENÇÃO PARA VÁLVULA DE DESCARGA MEDINDO 1.1/2 | UNID. | 20 |
|  | KIT CHAVE DE MANUTENÇÃO PARA VÁLVULA DE DESCARGA MEDINDO 1 .1/4 | UNID. | 20 |
|  | KIT DE BROCA DE VÍDEA EM AÇO DE 2 A 12MM | UNID. | 20 |
|  | KIT FLANGEADOR EXENTRICO COM CATRACA E CORTADOR DE 1/4 A 3/4, MALETA CONTENDO 01 MORSA POLEGADAS 1/4,5/16,3/8,1/2,5/8,3/4; 01 MORSA MILÍMETROS 6,8,10,12,16,19; 01 CORTADOR DE TUBOS; 01 REBARBADOR / ESCAREADOR; | UNID. | 05 |
|  | SERRA COPO VÍDEA DIAMANTADA MEDINDO 25MM | UNID. | 20 |
|  | SERRA COPO VÍDEA DIAMANTADA MEDINDO 40MM | UNID. | 20 |
|  | SERRA COPO VÍDEA DIAMANTADA MEDINDO 60MM | UNID. | 20 |
|  | MANIFOLD PARA REFRIGERAÇÃO R22a, R134a R404a, COM VISOR, MANGUEIRAS DE NO MÍNIMO 90 CM E ADAPTADORES | UNID. | 05 |
|  | MARTELETE FREQUÊNCIA DE 60HZ COM 1250W DE POTÊNCIA 127V | UNID. | 05 |
|  | MARTELETE FREQUÊNCIA DE 60HZ COM 900W DE POTÊNCIA 127V | UNID. | 05 |
|  | MULTÍMETRO INDUTÂNCIA CAPACÍMETRO COM BOLSA, TENSÃO MÁXIMA CA: 750V, TENSÃO MÁXIMA CC: 1000V, CORRENTE MÁXIMA CA: 20 A, CORRENTE MÁXIMA CC: 20 A. FREQUÊNCIA MÁXIMA: 20000 HZ. | UNID. | 20 |
|  | PINCEL SERDAS SINTÉTICAS 2 POLEGADAS | UNID. | 30 |
|  | PINCEL SERDAS SINTÉTICAS 4 POLEGADAS | UNID. | 30 |
|  | PREGO 17X27MM | KG | 30 |
|  | RÉGUA DE ALUMÍNIO DE 2 METROS | UNID. | 20 |
|  | ROLO ANTIGOTAS DE 2 LISTRAS, LÃ BAIXA, MEDINDO 23 CM PARA PINTURA | UNID. | 30 |
|  | ROLO DE POLIÉSTER DE 15CM PARA PINTURA | UNID. | 30 |
|  | SERRA CIRCULAR 7.1/4 1800W DE POTÊNCIA 110V, CAPACIDADES APROXIMADAS DE CORTE- 90 GRAUS: 63,5MM- 45 GRAUS: 45MM- 50 GRAUS: 35MM DIÂMETRO APROXIMADO DA LÂMINA: 185MM ROTAÇÕES APROXIMADA POR MINUTO: 5.800, DIMENSÕES APROXIMADA (C X L X A): 317 X 240 X 265MM | UNID. | 20 |
|  | TESOURA MANUAL PARA CORTAR VERGALHÃO 30 POLEGADAS | UNID. | 20 |

**2.1.** O critério de julgamento será o **menor preço por item**.

**3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS**

**3.1.** Os itens que integram o objeto da presente licitação são de natureza comum, enquadrando-se na classificação do artigo 1°, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e do artigo 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal n.º 022, de 25 de março de 2009.

**4. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** A contratação se faz necessária para o desenvolvimento das atividades de produção e operacionais da Usina de Asfalto e da Fábrica de Artefatos de Concreto.

**4.2.** O objetivo desta aquisição consubstancia-se em dar continuidade a produção, operacionalização e manutenção da usina e da fábrica, evitando que os mesmos sofram com paralisação de suas atividades.

**5. DO PRAZO**

**5.1.** A Ata de Registro de Preços terá duração de 12 (doze) meses e terá vigência a partir da data de sua assinatura.

**6. DA HABILITAÇÃO**

**6.1.** Os licitantes deverão comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado ou pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, conforme disposto no artigo 31, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**6.2.** As demais condições de habilitação a serem exigidas das licitantes são as usuais e estarão previstas no Edital do Certame.

**7. DA AMOSTRA**

**7.1**. A empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar catálogo ou amostra dos produtos indicados em sua proposta, em até 05 (cinco) dias úteis do encerramento da sessão de lances, para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta;

**7.2.** As amostrasdeverão ser apresentadas no almoxarifado da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, localizado à Avenida 22 de Maio, 7071 – Venda das Pedras, Itaboraí/RJ, entre 08:00 e 16:00 horas, e a equipe técnica terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da entrega, para análise do catálogo e identificação da necessidade de amostras

**7.3.**  Caso o(s) catálogo(s) não seja(m) suficiente(s) para confirmar que o(s) produto(s) apresentado(s) corresponde(m) ao(s) àquele(s) do certame, deve ser solicitada 01 (uma) amostra do item para análise.

**7.4**. Não será aceita a proposta da licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não apresentá-la no prazo estabelecido.

**8. ENTREGA, PRAZO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**8.1.** Os materiais deverão ser entregues sem defeitos, na quantidade especificada e dentro das especificações apresentadas, que deverá atender estritamente as descritas no **item 2** deste Termo e na proposta da licitante vencedora.

**8.2.** O prazo para entrega dos materiais será em até 15 (quinze) dias úteis, contados do envio da ordem de fornecimento à Fornecedora Registrada;

**8.3.** Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Almoxarifado Central, situado à Rua Dr. Pereira dos Santos, s/nº, Centro, CEP.: 24.800-041 – Itaboraí/RJ, de segunda-feira à sexta-feira (exceto em feriados nacionais, municipais e pontos facultativos) no horário de 8:00 às 16:00 horas;

**8.4.** Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da entrega, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, a ser designado, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

**8.5.** O recebimento definitivo se dará em até 20 (vinte) dias após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado;

**8.6.** O Órgão Gerenciador, por meio da fiscalização da execução das obrigações contratuais reserva-se ao direito de rejeitar, integralmente ou em parte, os itens que não atendam aos quantitativos ou às especificações do objeto licitado, devendo os mesmos serem substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da Fornecedora Registrada. As despesas decorrentes da substituição dos itens correrão por conta da Fornecedora Registrada, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo da aplicação das sanções incidentes às hipóteses de descumprimento das obrigações decorrentes da Ata;

**8.7.** Caso seja necessária a substituição de algum material fornecido, por motivos expostos pela fiscalização, os novos materiais deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos constantes na proposta original;

**8.8.** A Fornecedora Registrada deverá se responsabilizar pelas despesas de transporte, retirada e devolução dos itens substituídos, sem ônus adicional para o Órgão Gerenciador;

**8.9.** Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer às normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e NBR correspondentes.

**8.10.** Os atrasos na entrega dos materiais, ocasionados por motivos de força maior ou caso fortuito, desde que justificados em até 01 (um) dia útil antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela Fiscalização, não serão considerados como inadimplemento contratual.

**9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**9.1.** São obrigações do Órgão Gerenciador:

**9.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

**9.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, e na proposta apresentada pela licitante no momento do certame, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**9.1.3.** Comunicar ao Fornecedor Registrado por escrito, via e-mail ou outro canal disponibilizado ao Órgão Gerenciador sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido em até 15 (quinze) dias úteis da comunicação;

**9.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações pelo Fornecedor Registrado por intermédio de comissão/servidor especialmente designado;

**9.1.5.** Efetuar o pagamento ao Fornecedor Registrado no valor correspondente aos itens efetivamente entregues, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos;

**9.2.** A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor Registrado com terceiros, ainda que vinculados à execução, da Ata de Registro de Preços ou o contrato dela decorrente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor Registrado e de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9.3.** O Município reserva-se ao direito de não atestar as faturas referentes aos produtos entregues caso os mesmos estejam em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta do Fornecedor Registrado, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir a Ata de Registro de Preços.

**10. DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA REGISTRADA**

**10.1.** A Fornecedora Registrada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, na ARP e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**10.1.1.** Efetuar a entrega dos itens de acordo com as solicitações encaminhadas pela Secretaria de acordo com as instruções contidas neste Termo, adequados às especificações, no prazo e local indicados, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**10.1.2**. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 13 e 17 a 27 da Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990;

**10.1.3.** Comunicar ao Órgão Gerenciador, no prazo máximo 01 (um) dia que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.4.**  Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador, salvo quando implicarem as indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

**10.1.5.** Manter, durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

**10.1.6.** Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução da Ata de Registro de Preços tais como taxas, fretes, tributos, inclusive as obrigações relativas a salários, pagamentos de recursos humanos, Previdência Social, impostos, encargos sociais, transporte, indenizações, recolhimento de valores para órgãos de classe e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidente de trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual, ficando o Órgão Gerenciador isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

**10.1.7.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Órgão Gerenciador ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando da execução do objeto, independente dos procedimentos de fiscalização e acompanhamento da execução, e independente de outras cominações contratuais ou legais as quais estiver sujeita;

**10.1.8.** Indicar preposto para representá-la durante a execução da ARP.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

**11.1.** Não será admitida a subcontratação.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

**12.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação do Fornecedor Registrado com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da ARP, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração quanto à continuidade.

13. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

**13.1.** Nos termos do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de janeiro de 1993, serão designados: a Comissão de Fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes da Ata; com a indicação de um servidor para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens, ao qual caberá anotarem registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinar o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

**13.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Fornecedora Registrada inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

**14.1.** A Fornecedora Registrada deve colaborar, quando couber, à promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com art. 255 da Constituição Federal/88, e em conformidade com art. Da lei 8.666/93 e conforme orientações do Cap. III - DOS BENS E SERVIÇOS - Art. 5° da IN n°01/2010 (Compras Sustentáveis).

**15. DO PAGAMENTO**

**15.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, após o adimplemento da obrigação, mediante a apresentação, perante o protocolo da Administração Municipal, de requerimento instruído com a cópia da nota fiscal devidamente atestada, além das certidões de regularidade fiscal, tributária, trabalhista e previdenciária da Fornecedora Registrada.

**15.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a fiscalização manifestar seu atesto.

**15.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o Fornecedor Registrado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Órgão Gerenciador.

**15.4.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária em favor da Fornecedora Registrada.

**15.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**15.6.** A Fornecedora Registrada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário diferenciado previsto na referida Lei Complementar.

**15.7.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Fornecedora Registrada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo órgão gerenciador, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = | ( 6 / 100 )  365 | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6% |

**16. DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO**

**16.1.** Não se aplica ao processo de aquisição.

**17. DO REAJUSTE**

**17.1.** Os preços são fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** Comete infração administrativa, a Fornecedora Registrada que:

**18.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**18.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**18.1.3**. Falhar ou fraudar na execução do objeto;

**18.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo; e

**18.1.5.** Cometer fraude fiscal.

**18.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto da ARP a Administração poderá aplicar a Fornecedora Registrada as seguintes sanções:

**18.2.1. Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o contratante;

**18.2.2. Multa moratória** de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do pedido inadimplido, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso; Multa moratória de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do pedido inadimplido, do 31º (trigésimo primeiro) ao 60º (sexagésimo) dia de atraso. Multa moratória de 0,6% (zero vírgula seis por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do pedido inadimplido, do 61º (sexagésimo primeiro) dia em diante, até o limite máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, sem prejuízo das demais penalidades;

**18.2.3. Multa compensatória** de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução total do objeto;

**17.2.3.1.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

**18.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Fornecedora Registrada ressarcir o contratante pelos prejuízos causados;

**18.3.** As sanções previstas nos **subitens 17.2.1, 17.2.4. e 17.2.5.** poderão ser aplicadas à Fornecedora Registrada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**18.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**18.4.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**18.4.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**18.4.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**18.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Fornecedor Registrado, observando-se o procedimento previsto na Lei n 8.666/93.

**18.6.** Caso o Órgão Gerenciador determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**17.7.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**18.8.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

**19. DO CANCELAMENTO DA ATA**

**19.1.** A Ata poderá ser rescindida, a critério do Órgão Gerenciador decorridos 30 (trinta) dias após o prazo de entrega, caso a Fornecedora Registrada não comprove já ter enviado os materiais via transportadora ou correios, e/ou não apresente justificativas aceitáveis para a demora no cumprimento da ordem de fornecimento.

**19.2.** A decisão de rescindir a Ata caberá ao Órgão Gerenciador, após prévia consulta ao setor solicitante do material, e desde que se vislumbrem possibilidades de prejuízos à Administração Municipal.

**19.3.** Nos casos em que se justifique a rescisão, a Fornecedora Registrada ficará sujeita às penalidades previstas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1. As despesas decorrentes da contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento do Município para o exercício de 2023 na classificação abaixo:

**ÓRGÃO:** 24 -Secretaria Municipal de Serviços Públicos

**UNIDADE:** 001 - Secretaria Municipal de Serviços Públicos

**PROGRAMA DE TRABALHO:** 04.122.0077.2202 - REFORMA, MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA USINA DE ASFALTO / 15.451.0078.2204 - REFORMA, MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CONCRETO

**ELEMENTOS DE DESPESA:** 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo / 44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente - **FONTE DE RECURSOS:** 15010001 – Outros Recursos Não Vinculados

**21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1.** O presente Termo de Referência (TR) segue devidamente aprovado pela autoridade competente (ordenador de despesas), nos termos da Resolução Conjunta CGM/PGM/SMGOV/SEMPLA de 12 de abril de 2021.